

PARÁ

Impactos da mineração

Dizem que a mineração traz desenvolvimento e riqueza. Mas, o que se pode constatar é que não é para todos nem por muito tempo. De fato, esta é uma atividade insustentável, uma vez que depende da extração de recursos naturais não renováveis

POR BRUNO MILANEZ, DANILO CHAMMAS, DARIO BOSSI, JULIANNA MALERBA, MÁRCIA CASTURINO*

Entre os dias 5 e 11 de abril de 2010, um grupo de pesquisadores, lideranças comunitárias, sindicalistas, representantes de movimentos sociais e ambientais percorreram as estradas do Pará e do Maranhão para ver de perto os impactos do ciclo de mineração e metalurgia e trocar experiências com as populações e trabalhadores atingidos por essas atividades.

O Pará responde por 25,5% do total de operações de extração mineral do país (sem incluir beneficiamento) e a mineração soma 9,3% do valor bruto da produção desse estado. A extração se reduz a poucos tipos de minério (em 2007, 61% do minério extraído foi de ferro, 16%, alumínio e 14%, cobre). É forte a concentração das mineradoras: em 2005, a produção mineral comercializada foi de R\$ 6,9 bilhões, sendo a Vale responsável por 77,8%, a Mineração Rio do Norte (sociedade formada pela Vale, Rio Tinto Alcan, BHP Billiton, Companhia Brasileira de Alumínio/Votorantim, Alcoa e Hydro)³ 15,6% e a Imerys 4,6%⁴.

Dizem que a mineração traz desenvolvimento e riqueza. Mas, o que se pode constatar é que não é para todos nem por muito tempo. De fato, a mineração é uma atividade insustentável, uma vez que depende da extração de recursos naturais não renováveis. Em muitos casos, ela é associada ao ciclo boom-cólapsos: após uma fase de elevada atividade econômica, o fim da mina significa a decadência econômica e social da região. Por exemplo, na Serra do Navio (AP), a Indústria e Comércio de Minérios S.A. explorou uma mina de manganês por 44 anos, de 1953 a 1997. A empresa construiu uma usina de beneficiamento, um porto, uma estrada de ferro e vilas. Entretanto, depois que as reservas foram exauridas, a companhia fechou a mina e as vilas se esvaziaram. Sobrou uma pequena comunidade de pescadores. São 1,8 mil moradores que sofrem com graves problemas nos rins, dores no corpo, diarreia e vômito decorrentes da contaminação do solo e da água por arsênio⁵.

A tabela a seguir apresenta alguns indicadores para os 10 municípios com maior operação mineral no Pará. Embora quase todos tenham um PIB (Produto Interno Bruto) per capita superior à média estadual, os demais indicadores mostram que essa riqueza não necessariamente é traduzida na melhoria da qualidade de vida das populações. Em parte, isso pode ser explicado pelo inchaço populacional resultante das "promessas de emprego" que acompanham os projetos minerais. Nos municípios listados, sete tiveram um crescimento populacional superior à média

estadual, com destaque para Parauapebas, Canaã dos Carajás e Ipixuna que cresceram, em sete anos, 66%, 68% e 127%, respectivamente. Uma das consequências desse rápido crescimento é a incapacidade do município de investir, na mesma velocidade, em saneamento básico, por exemplo. Assim, metade dos municípios listados possui taxas de internações por doenças parasitárias maiores do que a média estadual. Apesar do aumento da renda média da população, uma parte considerável é excluída desse crescimento, tanto que, em oito desses municípios, tem havido aumento do percentual de crianças que nascem com baixo peso, com destaque para Rio Maria onde, apesar do PIB per capita ter crescido 88%, o número de crianças abaixo do peso subiu 250%. Por fim, outra consequência evidente é o aumento da violência. Em quatro dos municípios analisados, a taxa de mortalidade por agressão é muito superior à média estadual, com destaque para municípios como Itaituba (aumento de 547%) e Canaã dos Carajás (aumento de 449%).

RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS

Em cada uma das cidades que visitamos, a população nos relatou os problemas que enfrenta e discutimos possíveis estratégias conjuntas para garantir o respeito de seus direitos. Vila Sansão, por exemplo, é um pequeno povoado de menos de 2 mil pessoas, localizado na zona rural de Parauapebas, a 42 quilômetros da sede do município. Nas terras do povoado foi encontrada a maior reserva de cobre do país (784 milhões de toneladas). Como houve pouca informação prévia sobre a chegada dos grandes empreendimentos de exploração dessas reservas, tais empreendimentos trouxeram de forma repentina "toneladas de homens" para se instalar a apenas 5 km do povoado, conforme nos relatou a professora Ivone, moradora da vila. Apesar das melhorias na infraestrutura de transporte, a chegada de 5 mil homens de uma vez provocou a constante falta de água e de energia na Vila, além da contaminação ambiental pela disposição inadequada do lixo. Em paralelo, aumentou significativamente a prostituição e o alcoolismo no povoado. Os produtores rurais, em especial os mais jovens, vêm trocando a produção de alimentos pelo trabalho nas empresas mineradoras. Todavia, devido à sua baixa qualificação, eles assumem, em geral, as ocupações mais pesadas e com remuneração mais baixa e, após o início das operações, provavelmente estarão entre os muitos trabalhadores que serão dispensados. Ou seja: o empreendimento modificou a dinâmica social da comunidade

PRINCIPAIS MUNICÍPIOS MINERADORES DO PARÁ

	PIB per capita (R\$)	População	Internações de doenças infecciosas e parasitárias	Crianças com baixo peso ao nascer	Morte por agressões
	2007	Variação 2007/2000	Variação 2007/2000	Variação 2006/2000	Variação 2006/2000
Pará	7.007	13,6%	-2%	12,9%	123,8%
Parauapebas	23.029	65,6%	37%	26,7%	38,4%
Canaã dos Carajás	28.019	68,4%	ND	70,0%	448,9%
Oriximiná	11.676	25,2%	-37%	8,7%	19,4%
Ipixuna do Pará	4.382	126,6%	ND	25,8%	-32,5%
Paragominas	7.493	31,2%	-43%	-15,3%	52,0%
Marabá	15.857	13,3%	-33%	77,3%	43,6%
Floresta do Araguaia	7.053	3,6%	40%	-44,2%	-6,8%
Itaituba	4.686	15,3%	6%	21,6%	546,9%
Rio Maria	8.575	5,5%	9%	250,0%	143,0%
Juruti	3.727	16,0%	-5%	16,9%	ND

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do IBGE e do Ministério da Saúde.

inteira e poderá causar sua desestruturação. Apesar desse quadro, alguns moradores, articulados com a Comissão Pastoral da Terra e com estudantes universitários (do Campus Marabá da Universidade Federal do Pará) não desanimam, e estão desenvolvendo estratégias para profissionalizar os agricultores e aumentar a renda deles, por meio da fruticultura, piscicultura e caprinocultura.

Essa situação, claro, não se deve apenas às decisões das empresas, mas também ao limitado controle e monitoramento por parte dos órgãos do setor ambiental e mineral.

Nesse sentido, o Ministério de Minas e Energia (MME) vem discutindo internamente um novo marco legal para a mineração no país. Esse debate, entretanto, tem ocorrido de forma muito limitada, com foco quase exclusivo nas possibilidades de estimular a produção mineral do país. É essencial, ao contrário, que o governo restrinja a expansão da exploração mineral quando ela for tão danosa para as pessoas e ao meio ambiente. A política mineral não pode ser desenvolvida isolada das demais de desenvolvimento regional. Não parece fazer sentido que um Ministério decida que a vocação de uma região seja agrícola para que, alguns anos mais tarde, outro decida que a vocação é mineral, desprezando todo o investimento público alocado, bem como obrigando as pessoas que lá construíram a vida a se mudar para outras regiões. Sendo assim, seria extremamente desejável que MME dialogasse com outros setores governamentais, bem como com as populações atingidas pelos processos de exploração

mineral. Nesse sentido é imprescindível que vários segmentos da sociedade sejam convidados para tomar parte na discussão sobre o novo marco legal da mineração, de forma a garantir a participação democrática nesse processo de elaboração de políticas públicas.

Além disso, é preciso construir um debate mais amplo sobre a viabilidade social e ambiental desses projetos com toda a sociedade. As demandas que motivam a implementação de grandes projetos de extração mineral geralmente têm origem em locais distantes dos territórios onde são implantadas e pouco dialogam com as estratégias socioprodutivas e culturais dos grupos que sofrem os impactos diretos da implementação desses projetos. Os relatos dos moradores da região de Carajás nos mostram isso. ■

*Bruno Milanez é pesquisador, Danilo Chammas e Dario Bossi são membros da Campanha Justiça nos Trilhos, Julianna Malerba é mestre em Planejamento Urbano e Regional e técnica em educação não formal da FASE e, com Márcia Casturino, integra a secretaria da RBJA.

Veja texto completo e mais dados em www.diplomatique.org.br

1. Depa. Nacional de Produção Mineral. Maiores arrecadadores de CFEM.
2. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contas regionais do Brasil 2003-2007.
3. Mineração Rio do Norte. Composição acionária. Disponível em www.mrn.com.br/index_1024.htm.
4. Departamento Nacional de Produção Mineral. Anuário Mineral Brasileiro 2006.
5. Sakamoto, Leonardo. Triste herança. *Problemas Brasileiros*. Ano 39, nº 345. Mai/Jun 2001.